



## DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: PRÁTICAS E INTERAÇÕES ENTRE MARISQUEIRAS NO AMBIENTE PESQUEIRO

Hugo Silva Caetano <sup>1</sup>

### RESUMO

Fruto de reflexões de uma pesquisa de mestrado, este trabalho objetiva colocar em destaque a relação de marisqueiras com o ambiente pesqueiro e as interações sociais que elas vivenciam neste lugar. Para este fim, foi utilizada como técnica metodológica a observação participante. O aporte teórico são os estudos de Diegues (1983) e Cardoso (2003) sobre comunidades pesqueiras, a fenomenologia do corpo de Csordas (2008) e Meleau-Ponty (1971) e a teoria das representações sociais em Goffman (2009). Através da atividade laboral, que é a mariscagem, essas mulheres desenvolvem, entre elas, formas preservação e controle do território pesqueiro que são orientadas por acordos tácitos no ambiente de trabalho, potencialmente, influenciados pela presença da natureza. Dentre essas práticas, destacam-se a gestão provisória dos recantos de mariscagem e a alternância no uso dos costeiros. Diferente das sociedades industriais, em que a disputa pelo território acontece através da exploração furiosa dos recursos naturais, na maré, as marisqueiras, por conviverem em um ambiente, essencialmente, coletivo, aprendem práticas sustentáveis e colaborativas para lidar com a natureza, conviver com as companheiras de trabalho e administrar o tempo e a coleta do marisco. Através da construção e da assimilação deste saber, elas mantêm o ambiente preservado, partilham, equitativamente, o território e sobrevivem através da dependência e do respeito à natureza. Conclui-se, portanto, que essa dependência determina o modo sustentável de as marisqueiras administrarem o ambiente pesqueiro, bem como direciona a convivência entre as companheiras de trabalho.

**Palavras-chaves:** marisqueiras; ambiente pesqueiro; interação; gestão do território.

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: hugogicaetano@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um desmembramento das reflexões advindas de leituras e observações de campo realizadas na pesquisa de mestrado em Educação e Contemporaneidade na Universidade do estado da Bahia (UNEB)<sup>1</sup> sobre experiências educativas de marisqueiras de Salinas da Margarida-BA. O trabalho ora apresentado se debruçou sobre o cotidiano dessas mulheres, procurando discutir a experiência na maré, *locus* do trabalho e das relações comunitárias, e na escola. O caminho percorrido revelou aspectos subjetivos e sociais das marisqueiras na relação com o ambiente pesqueiro que, embora já discutidos por diversos(as) autores(as) que estudam as comunidades pesqueiras tradicionais marítimas no Brasil, a nosso ver, merecem ser desmembrados em um escopo mais próximo da realidade local, considerando os aspectos geográficos e culturais. Este recorte é importante, porque “o gênero de vida dos pescadores apresenta aspectos particulares totalmente diversos de um para outro núcleo, refletindo antes de tudo as condições físicas que diversificam cada trecho desse litoral” (BERNARDES e BERNARDES 1950, p. 37).

Consideramos o método qualitativo da pesquisa e elegemos a observação participante como o viés em destaque nesta abordagem, visto que as reflexões postas neste trabalho se valeram da coleta de dados *in loco*, bem como de entrevistas, seguidas da análise de dados corroborados pelos estudos de comunidades pesqueiras, como Diegues (1983) e Cardoso (2003), bem como por autores inseridos no campo da fenomenologia, como Csordas (2008), Merleau-Ponty (1971) e Goffman (2009). Isto posto, avancemos para os desmembramentos dessa discussão.

O aspecto do qual trata este trabalho diz respeito à forma que a marisqueira se relaciona com o ambiente pesqueiro<sup>2</sup>. Nos diversos estudos sobre as comunidades tradicionais pesqueiras artesanais (DIEGUES, 1983), o modo que o ambiente influencia na subjetividade e nas práticas comunitárias de seus membros é uma questão bastante debatida. Geistdoerfer (1989, p. 7) é uma das autoras a defender que “essas práticas

---

<sup>1</sup> Título: Na maré e na escola: experiências educativas de marisqueiras de Salinas da Margarida-BA (CAETANO, 2013).

<sup>2</sup> Apesar de ser mais utilizada na literatura acadêmica a categoria *ambiente pesqueiro*, considero mais apropriada para essa análise a categoria *ambiente da mariscagem*, por se tratar de uma atividade desenvolvida durante a maré baixa (BOER, apud SILVA et al, 2007), no solo (MALDONADO, 1986), diferente da pesca em alto mar, de forma que, a partir de então, quando me reportar à primeira, estarei me referindo à última.

são marcadas, de maneira original, por essas “propriedades naturais” do mar”. Essas propriedades, para as marisqueiras de Salinas da Margarida, se traduzem na vegetação de mangue, na água salgada do mar, na lama, nas pedras, nas conchas, na diversidade de moluscos e crustáceos, na estrada de chão batido, no céu, no ar, nas trilhas no manguezal, bem como nas pessoas que, perto ou distantes uma das outras, participam coletivamente deste ambiente e da atividade da mariscagem. A maré, que é este espaço referencial para o trabalho, a aprendizagem, a vida comunitária e a mística, transforma-se em objeto definidor das práticas cotidianas das marisqueiras. Adiante, trataremos destes aspectos, considerando os traços socioantropológicos dessa relação, os significados que ela produz na experiência de vida das marisqueiras, seja no trabalho, na família ou na comunidade, e a importância que tem o ambiente para a organização social das comunidades pesqueiras artesanais, como a de Salinas da Margarida-BA.

## **2 AS COMUNIDADES PESQUEIRAS E O AMBIENTE: ASPECTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS**

Na mariscagem, os traços simbólicos apreendidos e ensinados na ancestralidade, através da convivência assídua com a biodiversidade marinha, marcam o modo de a marisqueira ver o mundo e de se relacionar com a com a natureza. Assim, quando o espaço natural<sup>3</sup> se torna sociabilizado por esses indivíduos, ganha tons e formas diversificadas, transformando o lugar habitado em objeto de manifestação das subjetividades, da construção social de significados e da assimilação de práticas, princípios e valores que passam a constituir o *ethos* da comunidade. Este traço, apesar de parecer uma característica pontual na origem da formação de comunidades onde o saber é passado através da oralidade, nas comunidades de marisqueiras e pescadores, esta realidade se destaca pela importância sobrenatural e holística que eles(as) atribuem à natureza, mesmo reconhecendo o poder de manipulação que têm sobre ela:

essa natureza diversa não é vista pelas comunidades tradicionais como selvagem em sua totalidade, ela foi e é domesticada, manipulada, *isto é, marcada pela intervenção humana* (...) Essa diversidade da vida não é vista como “recurso natural”, mas como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia, *na qual ser humano e natureza fazem parte, cada um*

---

<sup>3</sup> Segundo Marilena Chauí (2006, p. 105), “pelo prisma da ciência contemporânea, a natureza torna-se uma noção ou um conceito produzido pelos próprios homens e, nesse caso, uma construção humana”.

*conforme sua essência* (DIEGUES e ARRUDA, 2000, p. 32, grifos nossos).

Assim, ao assimilar essa condição de dependência e, ao mesmo tempo, de controle parcial da natureza, as comunidades de pesca artesanal desenvolvem estratégias de convivência com o meio ambiente que se diferem, consideravelmente, das comunidades urbanas e das comunidades essencialmente rurais. Diegues (1983), por exemplo, atesta que, até mesmo onde existem pescadores-lavradores, os mesmos se diferenciam do pescador artesanal, tanto pelas relações que ele tem com a natureza como pelas estratégias de controle que se deve ter em um ambiente aberto, vulnerável e em contínua mudança. Assim também na relação com o trabalho.

Neste campo, os(as) pescadores(as) artesanais não se assemelham aos(às) trabalhadores(as) regidos(as) pelo patronato, pois não precisam de um chefe, patrão ou supervisor para inspecionar o desenvolvimento do trabalho, visto que entendem o território pesqueiro como um espaço sem dono, natural, sagrado e coletivo. Nesse sentido, ir à maré, para as marisqueiras, é como ir a um lugar aberto, imprevisível, vulnerável e cheio de mistérios, que acolhe por ser um espaço em que a natureza se doa como dádiva divina, mas que amedronta por não ser plenamente conhecido e controlado. Há sempre um mistério a ser desvendado. A natureza, assim, ao mesmo tempo em que é garantia de sustento e de acolhimento, *locus* de liberdade e de comunalidade, torna-se hostil não só pelas exigências de adequação do ser humano ao meio, mas também pelas adequações do corpo ao ambiente.

Na maré, o corpo está para o ambiente, mas não da mesma forma que o ambiente está para o corpo. O ambiente natural, socialmente cuidado ou modificado pelas ações predatórias dos seres humanos, essencialmente, não possui uma consciência. Suas reações são produto da ação humana, as quais resultam em importantes transformações para a própria humanidade, para o bem ou para o mal. O corpo, diferentemente, é um elemento culturalmente informado (CSORDAS, 2008) pelas adequações que o ambiente lhe proporciona, bem como pelas assimilações que o sujeito faz das experiências corporais vivenciadas nos diversos contextos sociais, ou seja, “a consciência se projeta num mundo físico e possui um corpo” (MERLEAU PONTY, 1971, p. 137). Com outras palavras, Santos (2006, p. 109), ao tratar das interferências do indivíduo no espaço e na paisagem, diria que é “o homem que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida”. Nesse sentido,

concluímos, a partir dessas afirmativas, que o ambiente natural, sozinho, sem a capacidade perceptiva e reflexiva do ser humano para apreendê-lo, ver-se-ia carente de sentido ou de utilidade.

Ampliando essa reflexão, Cassirer (2006, p. 2), interpretando as relações do homem com o mundo físico, descobre que, para além dessa realidade material, há outra dimensão concreta que traduz essa disposição humana de perceber o sentido do mundo: o símbolo. Vejamos o que diz o autor:

Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em seu universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes deste universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem.

O símbolo é essa dimensão pela qual o ser humano, mergulhado absorto em sua finitude, identifica algo além das experiências com a realidade física e através da qual busca o sentido do mundo, da existência das coisas, dos porquês. Segundo Espina Barrio (2005, p. 33), é mediante esse acontecimento que “se faz mais contínua e complexa a experiência humana e pode transmitir-se a outros rapidamente. [Nesse sentido], o símbolo permite, pois, acumular saberes, experiências, normas etc, precisamente tudo aquilo que dissemos que forma os acervos culturais de um povo”.

Por conseguinte, sem essa busca do sentido ou, como diria Huserl, sem a intencionalidade (percepção<sup>4</sup> e reflexão) que identifica o ser humano (em especial, seu aspecto cognitivo) e que caracteriza a relação entre o ambiente natural e os indivíduos<sup>5</sup>, a natureza seria simplesmente

a organização universal e necessária dos seres segundo uma ordem regida por leis inalteráveis (...), [caracterizada] pelo ordenamento dos seres, pela regularidade dos fenômenos ou dos fatos, pela frequência, pela constância e pela repetição de encadeamentos fixos entre as coisas, isto é, de relações de causalidade entre elas. Em outros termos, (...) a ordem e a conexão universal e necessária entre as coisas, expressas em leis naturais (CHAUÍ, 2006, p. 104).

---

<sup>4</sup> De acordo com Csordas (2008, p. 106), “longe de ser constante, a percepção é indeterminada por natureza. Há sempre mais do que chega aos olhos, e a percepção nunca pode ir além dos seus limites ou esgotar as possibilidades daquilo que percebe”.

<sup>5</sup> “Pelo fato de não ser um objeto entre outros objetos, mas um sujeito que se relaciona com o seu entorno, é que o homem pode ser definido por sua intencionalidade” (Santos, 2006, p. 92).

Frente ao exposto, reconhecemos que, nas comunidades pesqueiras artesanais, essa dimensão simbólica, que relaciona ser humano e natureza, acontece em meio a um estado efetivamente diferenciado de cidades já influenciadas pela instrumentalidade excessivamente tecnológica e urbana, que visa prioritariamente o usufruto mercadológico da natureza. Isto não significa, porém, que comunidades tradicionais estejam isentas deste tipo de influência. No entanto, em comunidades de pesca artesanal, “os recursos naturais constituem processos simbólicos e sociais, de caráter extraeconômico, que não se traduzem nem se reduzem a valores e preços do mercado” (LEFF, 2011, p. 65), isto é, além de atribuírem à natureza forças sobrenaturais e misteriosas, que os fazem respeitar ou temer, as práticas tradicionais desenvolvidas por marisqueiras e pescadores artesanais não são potencialmente controladas pelo lucro. O trabalho é condicionado por um regime de colaboração e solidariedade, visto que o espaço pertence a todos. Nesse sentido, convém reconhecer que, ainda que estas comunidades estejam já influenciadas pelas mudanças tecnológicas globais (ADOMILLI, 2009), a relação com o ambiente pesqueiro produz um modo de utilização dos recursos naturais de forma mais sustentável, principalmente pelo olhar que elas têm sobre a natureza. No caso das marisqueiras, essa dimensão implica, também, uma relação de maternidade com o ambiente, uma vez que “a mãe maré” é compreendida como promotora de sustento.

Assim, mesmo que consideremos que a interferência humana – principalmente neste modelo capitalista globalizado – modifique o ambiente, nas comunidades pesqueiras, esta interferência ganha um tom mais afetivo, seja de cuidado, de dependência, de dor, de respeito ou de temor. Entre outros já discutidos, a relação da marisqueira com o ambiente pesqueiro é um dos aspectos que queremos focar nesta reflexão. Para isto, consideramos importante deixar o leitor a par deste cenário, que é a mariscagem, uma arte de pesca que se diferencia, consideravelmente, da pesca propriamente dita.

### **3 MULHER E MARISCAGEM**

A mariscagem é uma arte de pesca (ADOMILLI, 2009) que se caracteriza pela extração de moluscos bivalves no solo lodoso, retirados através de artefatos fabricados artesanalmente, desenvolvida principalmente em estuários, onde comumente se desenvolvem ecossistemas manguezais (BAHIA PESCA, 1994), que se constituem de

“ecossistemas costeiros, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característicos de regiões tropicais e subtropicais, sujeitos ao regime das marés” (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995, p. 7). Atividade exercida majoritariamente por mulheres (BAHIA PESCA, 2011), este dado, por si só, acarreta um olhar sobre o ambiente pesqueiro diferenciado do olhar histórica e socialmente masculino, marcado, ideologicamente, pela dominação da natureza e pelo controle das atividades exercidas no contexto da pesca artesanal. Na mariscagem, apesar de existirem homens exercendo a atividade em um contingente muito menor que as marisqueiras, no trabalho e na utilização do corpo, não lhes são exigidas as mesmas adequações que às mulheres, prática que continua denunciando a manutenção do *status quo* no que respeita às relações de gênero na pesca artesanal.

A despeito desta questão de gênero na pesca artesanal, autoras como Maneschy (2000, 2011), Motta-Maués (1999), Beck (1991) e Woortmann (1991) consideram que o trabalho feminino na pesca implica reflexões sobre a relação das mulheres pescadoras com o ambiente pesqueiro, que envolve não somente o contato físico e simbólico com o mar ou maré através do trabalho, mas também a lida cotidiana da casa, da família, da escola dos filhos, da administração dos recursos financeiros resultantes do trabalho. Essas tarefas, públicas ou privadas, normalmente, são acumuladas no percurso da atividade de mariscagem. Ao contrário dos pescadores, que, geralmente, têm como atividade a pesca de mar a fora, às marisqueiras são atribuídas outras responsabilidades sociais muito caras ao homem pescador. Enquanto a este cabe puxar a rede e vender o peixe, às mulheres cabem, além da mariscagem, as tarefas da casa e da rua.

Se pensarmos a mariscagem *em si*, veremos que, somente esta atividade, comporta diversas práticas que exigem desde a força física e elaborações cognitivas até a administração do tempo. Caminhar longos trechos de chão batido no sol ou na chuva, seguir trilhas lamacentas no manguezal, cortar-se com sobras pontiagudas das conchas dos mariscos, ficar curvadas durante horas, cavando a terra, enchendo sacos de linhagem de moluscos misturados à lama, empurrar bicicletas com os sacos já cheios de mariscos são atividades que exigem não só resistência física, mas também persistência e aprendizagem contínua, seja para conhecer os locais mais abastados, seja para aprender o modo mais adequado de lidar com a terra, para equilibrar a

bicicleta ou os sacos e baldes na cabeça, ações que acontecem num curto espaço de tempo e numa primeira etapa do trabalho.

Na segunda etapa, depois de as marisqueiras chegarem às suas casas, os mariscos são lavados por elas em vasilhas com água – comumente bacias plásticas ou de alumínio – fervidos em fogo a lenha, confeccionado a partir de tijolos ou das próprias madeiras grossas. Em seguida, os mariscos são escorridos em sacos de linhagem (antes utilizados para armazenar os mariscos), bacias velhas furadas ou balaios confeccionados com cipós ou taliscas de palha da árvore do dendezeiro. Daí, são alocados numa mesa antiga ou improvisada com pedaços de madeira e portas em desuso, em flandres, mesas plásticas ou no próprio chão cimentado coberto com um pedaço de plástico. Sentadas em tijolos, baldes emborcados ou cadeiras, as marisqueiras retiram os mariscos das conchas<sup>6</sup>, ensacam e congelam, isto quando não aparecem compradores de imediato. As conchas são espalhadas no próprio quintal da casa, utilizadas em artesanato ou construção de alicerces das casas. Hoje menos que antes.

Cumpra-se observar que, quando as marisqueiras não possuem filhas(os) em condições de desenvolverem conjuntamente essas atividades, todas as tarefas são realizadas em meio aos afazeres domésticos do dia-a-dia. Como o aprendizado do trabalho no ambiente pesqueiro é sempre realizado conjuntamente, entre as famílias e os(as) conhecidos(as) ao redor, as marisqueiras dificilmente deixam de encontrar ajuda de vizinhas e/ou parentes que contribuam solidariamente na catagem ou com os cuidados com o horário da escola dos filhos, o cozimento dos alimentos para a hora do almoço, a arrumação da casa, entre outras que, socialmente, são atribuídas à mulher. Quando isso não ocorre, depois de realizar todas essas atividades, já quase à noite, as marisqueiras pouco têm tempo para cuidar de si próprias, restando-lhes o banho, a preparação da refeição da noite, a televisão para assistir a novela e a cama para dormir.

Na realização dessas atividades desenvolvidas artesanalmente, as marisqueiras fazem um sem número de movimentos corporais difíceis de serem realizados por qualquer pessoa que não tenha aprendido o manejo adequado com o ambiente

---

<sup>6</sup> Essa tarefa é comumente chamada de *catagem*.

pesqueiro e que não tenha assimilado a necessidade da educação do corpo para a realização daquelas tarefas. Estudos sobre a saúde dessas pescadoras, no campo da Ergonomia, já é um assunto que vem preocupando autores como Pena e Rios (2011), os quais vêm se debruçando sobre esses estudos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), alertando sobre os riscos para a saúde marisqueiras e apontando a necessidade de políticas públicas que atendam às especificidades do trabalho dessas mulheres. Assim também, um estudo menos recente sobre os manguezais revela que, além de tuberculose, lepra, doenças venéreas e infecciosas, introduzidas pelo homem urbano, os moradores que residem próximo a este ecossistema tendem a “desenvolver problemas renais e doenças de pele, devido a micoses e viroses favorecidas pela umidade constantemente elevada” (VANNUCCI, 2002, p. 118).

É comum observar as marisqueiras se queixando de dores no corpo, dos problemas de saúde e do cotidiano de cansaço advindo dos esforços corporais praticados na mariscagem. No entanto, não se percebe que elas relacionam estas práticas laborais à necessidade da promoção de políticas públicas que identifiquem as especificidades de sua profissão e melhorem suas condições de trabalho. Isto, possivelmente, se deve à dificuldade de inserção política das marisqueiras em discussões que as levem a refletir sobre estes problemas. Normalmente, os espaços de participação política, como as colônias e as associações, que poderiam ser lugares onde as marisqueiras pudessem tratar dessas complexidades, são espaços de dominação masculina e presididos por homens, os quais, na maioria das vezes, se utilizam destes como instrumento político partidário, com objetivos de eleições para cargos públicos. Deixadas à margem pelos governos e por muitas das associações representativas, principalmente as colônias de pescadores, as marisqueiras têm se apoiado em organizações dos movimentos sociais<sup>7</sup>, as quais foram responsáveis por desencadear uma série de ações civis e jurídicas que provocaram órgãos do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e outras instituições locais a começar a pensar de forma mais efetiva sobre as questões que agravam a vida profissional dessas mulheres. No entanto, este trabalho em Salinas da Margarida ainda é bastante embrionário.

Essas condições ambientais, ecológicas e sociais fazem parte do conjunto de elementos que educam as marisqueiras no seu cotidiano e para além dele. Nesse

---

<sup>7</sup> Como o Conselho Pastoral de Pescadores(as) (CPP), o Movimento Nacional de Pescadores(as) (MONAPE), o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e a Associação Nacional de Pescadoras (ANP).

sentido, elas carregam em seus corpos atitudes, fazeres, posturas políticas e leituras de mundo produzidas a partir de sua experiência na mariscagem. Por conseguinte, a dinâmica dispensada nesse trabalho é reproduzida em outras esferas sociais, tornando as marisqueiras criativas em outras atividades, principalmente no que respeita à administração da casa, das finanças, do lazer e das economias que projetam outras realizações por fazer. A este ponto, cabe-nos reafirmar a ideia bourdieusiana da prática como motivação da aprendizagem.

A prática, subjetivamente (re)elaborada, “mergulho perscrutativo no *modus operandi*” (FREITAS, 2012, p. 10), gera experiência e conhecimento, visto que o fazer não se limita a uma mera repetição de atos irreflexivos. O fazer se constrói num contínuo e condicionado movimento distensivo, o qual exige a exploração cognitiva de diversas habilidades corporais e intelectuais que rememoram e atualizam algo já feito, ao mesmo tempo em que projeta um fazer novo e vivificado, acrescentando-lhe um pouco do que lhe é atualizado através da ação, isto é, o conhecimento prático é sempre elaborado “situando-se no próprio movimento de sua efetivação” (BOURDIEU, 1994, p. 47). Nesse sentido, corpo e mente são atributos indiferenciados no processo de prossecução da prática, pois “quando o corpo é reconhecido pelo que ele é em termos vivenciais, não como um objeto, mas como sujeito, a distinção mente-corpo se torna muito mais incerta” (CSORDAS, 2008, 142). Se esta reflexão for razoável, poderemos concluir que a prática, ao produzir conhecimento, marca visões de mundo, produzem horizontes simbólicos de compreensão, definem posturas político-ideológicas e demarcam categorias nas relações entre o meio e as subjetividades. Sequencialmente, tentaremos discutir esta questão, com base nas experiências das próprias marisqueiras de Salinas da Margarida.

#### **4 A GESTÃO PROVISÓRIA DOS RECANTOS DE MARISCAGEM E A ALTERNÂNCIA NO USO DOS COSTEIROS**

Como enfatizamos anteriormente, o horizonte de compreensão das marisqueiras se constrói a partir dessa dimensão subjetiva e simbólica com o ambiente pesqueiro. Esta observação leva-nos a refletir sobre algumas práticas usuais, muito comuns entre as marisqueiras de Salinas da Margarida, quando da sua experiência de dependência com a natureza. Ao conviverem no ambiente de trabalho, as marisqueiras experimentam vários acontecimentos, que vão desde uma certa liberdade de

movimentação nos recantos de mariscagem, momentos de contemplação da natureza e reflexão da vida, conversas de tom erótico sobre a convivência sexual com os maridos, que provocam risos e censuras, opiniões sobre a política e os direitos previdenciários, sobre os fatos jornalísticos, sobre novelas, etc. Entre estes, um aspecto que chama atenção, nesse contexto, é a convivência com determinados tabus na violação do uso dos espaços de mariscagem, fato que consideramos importante pontuar pelas diferenças que ele carrega em relação a outros modos comunitários de vida e pela forma que a interferência do próprio ambiente determina o modo de ser dessas comunidades. Vejamos: não é comum, por exemplo, que, no ambiente da mariscagem, marisqueiras possam adentrar, aleatoriamente, nos espaços em que outras já estejam mariscando, principalmente quando pertencem a comunidades diferentes. Em entrevista com uma marisqueira, ela responde que isso geralmente acontece *quando vêm as marisqueiras de Encarnação<sup>8</sup>, aí fica aquela divergência entre elas, pelo fato de achar que ali já vai acabar com aquele marisco, pelo fato de elas saírem de lá e vim pra cá.*

De modo geral, quando essa cena acontece, as marisqueiras que já ocupam o espaço, inicialmente, reagem através do silêncio, “franzem a cara” ou mudam de lugar, demonstrando que não ficaram satisfeitas com a “invasão”. Assim, para que haja um equilíbrio nas relações trabalhistas, existem, entre elas, formas de demarcação do território que necessitam ser orientadas por acordos tácitos no processo de interação, os quais estruturam uma ética grupal baseada no uso coletivo do espaço. Nesse sentido, embora compreendam o fato de não serem proprietárias únicas do lugar e saibam das implicações sociais que o regem, no período em que estão ali mariscando, as marisqueiras entendem-se enquanto gestoras provisórias daquele pedaço de terra. Por conseguinte, caso alguma delas insista em ocupar o espaço já ocupado por outras, as marisqueiras, para garantir que a gestão daquela porção de espaço lhe seja assegurada naquele período, resistem de forma politicamente velada, através dos mecanismos antes referidos. No momento em que acontece este tipo de interação, se as regras de convivência forem infringidas, quem as desobedece pode sofrer micro-sanções, que vão desde olhares de reprovação até comentários do grupo. Estes comportamentos, porém, não rivalizam a relação entre as marisqueiras, visto que a

---

<sup>8</sup> Distrito de Salinas da Margarida.

consciência de que existem outros recantos de mariscagem a serem explorados retoma a noção da maré como um espaço coletivo.

Por esse motivo, diferente da lógica usurpadora de dominação, em que o agente exerce o domínio através da coerção (CARDOSO, 2003), muito afeita ao modelo capitalista, entre as marisqueiras, o território é negociado através de processos de interação “entre iguais”, no qual uma e outra têm conhecimento e parte no lugar em que trabalham, ou seja, o controle do território se dá muito mais através de uma gestão provisória e alternada do que pela dominação de umas pelas outras. Assim, na maré, as regras de convivência se estabelecem através da noção de um território que é de todos e, por isso, nenhuma delas poderá dominá-lo por completo. O que define esse *habitus* é a própria noção de que o território, ao mesmo tempo em que pode ser usufruído por todos, não é posse de ninguém. Na sequência, podemos observar, na fotografia, as marisqueiras, com os apetrechos, trabalhando em um dos costeiros<sup>9</sup>. Na imensidão do ambiente pesqueiro, dá para perceber que elas se dividem, ocupando, cada uma, uma extensão do território: os recantos de mariscagem. No cenário, a maré baixa deixa ver o solo lamacento e as pegadas das marisqueiras. O brilho da água do mar mostra que a foto foi tirada em um dia de sol.



Figura 1. Marisqueiras na coleta de chumbinho (*Anomalocárdia Brasileira*) em um costeiro. Salinas da Margarida-BA.

Fonte: <http://www.geolocation.ws/v/P/6889752/marisqueira-em-salinas-da-margarida/en>

<sup>9</sup> Ampla extensão de terra na baixa-mar onde as marisqueiras desenvolvem a mariscagem.

Neste campo das interações sociais, comuns aos espaços de convivência em que se estabelecem mecanismos de micro-poderes (FOUCAULT, 1979), Goffman (2009) apresenta uma análise das relações sociais baseada na idéia de representação. Esta perspectiva se sustenta na compreensão de que os indivíduos, consciente ou inconscientemente, projetam suas relações cotidianas num espectro onde se desenvolve uma trama teatral, comportando-se como atores e atrizes em cena. Conforme Goffman, neste contexto, torna-se possível observar (e, ao mesmo tempo, sendo observado) os aspectos comportamentais de cada pessoa envolvida na interação, de acordo com a maneira que cada um imagina e projeta seu modo de vida perante os outros.

O autor considera que os indivíduos são capazes de controlar uns aos outros através de mecanismos de regulação, os quais ele denomina “ciclos potencialmente infinito de encobrimento e descobrimento” (GOFFMAN, 2009, p. 14), o que parece acontecer no processo de interação entre as marisqueiras. Vê-se, neste sentido que, somente no mundo da interação social, os indivíduos são capazes de fazer inferências sobre o modo como ele e o outro se comportam. Neste aspecto, observamos que, tanto a marisqueira que gere provisoriamente o espaço, como aquelas que pleiteiam usufruir daquele mesmo lugar estão vulneráveis a situações que não conseguem perceber nitidamente; ou seja, no processo de interação, reciprocamente, é sempre o outro que está mais apto a interpretar nossas reações, principalmente por estar mais atento às diversas perspectivas em que estamos expostos, mesmo que não saibam definir concretamente o sentido prático do comportamento em questão. Estas relações são importantes pela assimetria que comportam, porque permitem variados fluxos de interpretação e são criativas em seu desenvolvimento, contribuindo para a (re)construção do próprio eu em interação com os outros.

Outra diferença a ser destacada na mariscagem é a forma que as marisqueiras exploram o território. Como tem sido bastante repetido, nas comunidades tradicionais pesqueiras, o uso dos recursos naturais se “baseia na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado” (CARDOSO, 2007, p. 3). No caso de Salinas da Margarida, as marisqueiras, atendendo a esse princípio de sustentabilidade, dificilmente, mariscam em um mesmo costeiro por mais de uma semana. Esta técnica

se justifica pela compreensão de que a natureza não consegue produzir, neste período, quantidade de mariscos suficiente para a exploração. Deste modo, a mariscagem acontece em regime de alternância dos costeiros: *a gente sai de um lugar e vai para outro, [por]que aquele lugar tem mais... Aquele lugar acaba, mas, logo após, deixa um tempo ali, ele produz de novo.*

Convém destacar que esse aspecto da cosmovisão das marisqueiras se trata de um evento também influenciado pelo ambiente. Se bem observarmos, neste caso, a relação com a natureza vai muito além daquela compreensão instrumentalista, em que o tempo de trabalho no ambiente é controlando de acordo com a necessidade de produção, o que é muito comum nas sociedades industriais. Hoje, muito mais que antes, o controle do tempo nessas sociedades se traduz em instrumentos tecnológicos de ponta, que fazem com que a produção seja muito mais intensa e qualitativa, porém, em nome do lucro exacerbado, esse modelo tem produzido o sacrifício da natureza e a exclusão de muitas populações de usufruir dos bens que a sociedade produz. Já quando se trata das marisqueiras, o controle do tempo é administrado conforme as exigências do ambiente, onde o ciclo das marés se modifica dia após dia. A partir dessa experiência, entende-se que o solo, assim como o corpo, precisa de um tempo de descanso para voltar a produzir. Esta técnica de alternância no uso dos costeiros coloca em evidência a relação entre trabalho e descanso.

Descanso – ou pousio, no caso da terra, do solo – é uma categoria bastante comum à vida das marisqueiras. A tradição judaico-cristã, desde os primórdios, cunhou esse termo como um tempo de folga sagrado, de respiração, de alento, de tranquilidade e de culto. Desde a saída do povo hebreu, no Egito, o dia de descanso foi instituído nas liturgias pela maioria das religiões cristãs e pela cultura ocidental. O livro do Êxodo, nos capítulos 20 e 23, faz referência a esta prescrição sagrada, tanto a respeito do descanso da terra<sup>10</sup>, como à instituição do sabático<sup>11</sup>. Porém, é a partir da

---

<sup>10</sup> “Também seis anos semearás tua terra, e recolherás os seus frutos, mas ao sétimo a dispensarás e deixarás descansar, para que possam comer os pobres do teu povo, e da sobra comam os animais do campo. Assim farás com a tua vinha e com o teu olival” (Êxodo, 23, 10-11).

<sup>11</sup> Lembra-te do dia do sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro, que está dentro das tuas portas (Êxodo 20, 8-10).

narrativa da criação no livro do Gênesis, muito antes do êxodo, que a necessidade de dedicar tempo ao repouso ganha sentido para os judeus e os cristãos<sup>12</sup>.

Em outros termos, com o sentido de fazer a terra respirar, na mariscagem, a folga ou, do latim, *follere*, é um tempo em que se espera para que o marisco possa ser produzido e desenvolvido o suficiente para ser coletado pelas marisqueiras. Do mesmo modo, como a terra, elas precisam desse tempo para que o ciclo de reprodução natural siga o seu curso e dê frutos em abundância. Nesta complexa dinâmica do trabalho e do descanso, as marisqueiras fazem parte desta cadeia ecológica em que são imbricados ser humano e natureza, os quais, neste movimento, fazem parte do mesmo ciclo de sobrevivência. Se a terra precisa descansar para revigorar suas forças e voltar a parir os mariscos que as marisqueiras precisam, elas, pelo aprendizado que adquirem da natureza, passam a respeitá-lo em nome do seu sustento. Nesse sentido, as marisqueiras se educam e trabalham a partir de uma lógica em que o respeito à natureza é uma regra determinante para a sobrevivência do grupo.



Figura 2: Terra em descanso. Encarnação – Salinas da Margarida-BA  
Fonte: <http://www.juanjosemora.com.br/brasil/foto.php?id=20255102>

---

<sup>12</sup> “E havendo Deus acabado no dia sétimo a obra que fizera, descansou no sétimo dia de toda a sua obra, que tinha feito. E abençoeu Deus o dia sétimo, e o santificou; porque nele descansou de toda a sua obra que Deus criara e fizera” (G nesis 2, 2-3).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo deste artigo pretendeu discutir a relação das marisqueiras de Salinas da Margarida-BA com o ambiente pesqueiro em dois acontecimentos comuns ao cotidiano dessas mulheres: a gestão provisória dos recantos de mariscagem e a alternância no uso dos costeiros. Para este fim, dialogamos com autores que já vêm refletindo sobre comunidades pesqueiras artesanais marítimas no Brasil e outros que tratam de temas comuns à mariscagem, como a questão da utilização do corpo e a relação simbólica das comunidades pesqueiras com o ambiente. Consideramos o trabalho das marisqueiras como um evento influenciado, potencialmente, pelo ambiente natural, o qual determina as relações sociais nele vividas e dimensiona uma perspectiva de saber que prima pela sustentabilidade no uso dos recursos naturais, preservando o meio ambiente através da dependência que as marisqueiras têm do ambiente pesqueiro. Este saber se diferencia do modo instrumentalista industrial, mais focado na produção e no lucro exacerbado, o qual tem sacrificado cada vez mais a autonomia dos trabalhadores empregados em grandes empresas. Trabalho árduo e sacrificado pela exploração que se faz do corpo e pelo acúmulo de atividades que são atribuídas à mulher, a mariscagem, ainda assim, torna-se referência de uma relação de respeito à natureza e de equilíbrio na exploração do território, que se diferencia das situações comuns ao modelo capitalista de produção, o qual explora a natureza sem uma preocupação com uma renovação dos estoques naturais.

Nesse sentido, há que se compreender melhor o trabalho das marisqueiras e reconhecê-lo como prática sustentável, que preserva o meio ambiente e respeita a natureza. Do mesmo modo, consideramos importante refletir sobre as dificuldades que essas mulheres passam no percurso de sua atividade, seja de ordem política, previdenciária, educacional, de saúde ou ambiental e, a partir dessa consciência, reafirmar a necessidade de políticas públicas que possam não só melhorar o trabalho das marisqueiras, mas contribuir com a valorização do saber produzido por essas mulheres no ambiente pesqueiro e, através disso, assegurar a dignificação dessas pessoas, garantindo direitos historicamente negados às mulheres, principalmente as que se encontram trabalhando na mariscagem. A iniciativa de pesquisas que considerem o valor dessa atividade e suas implicações, destacando-se as questões relacionadas ao uso do corpo e o período em que essas mulheres passam trabalhando

ao longo de suas vidas, são temas que precisam ser melhor debatidos, principalmente por entendermos que existem aspectos deste assunto que ainda não foram suficientemente refletidos e, também, pela importância que têm o trabalho das marisqueiras para a segurança alimentar e para a sobrevivência das espécies marinhas. Da nossa parte, o que fizemos foi possibilitar parte dessa reflexão.

## **THE OCCUPATION THE LAND: PRACTICES AND INTERACTIONS IN FISHING ENVIRONMENT FISHING**

### **ABSTRACT**

Result of reflections of a master's research this paper aims to put the spotlight on the relationship with shellfish fishing environment and social interactions they experience in this place . For this purpose it was used as a methodological technique of participant observation. The theoretical contribution is the study of Diegues (1983 ) and Cardoso (2003) on fishing communities , the phenomenology of the body Csordas (2008 ) and Meleau - Ponty (1971) and the theory of social representations in Goffman (2009 ) Through labor activity, which is shellfish, these women develop between them preserve forms and control of the fishing area that are guided by tacit agreements in the workplace, potentially influenced by the presence of nature Among these practices, highlight the interim management of shellfish and crannies of the alternation in the use of coastal. Unlike industrial societies, where the competition for territory happens through the furious exploitation of natural resources, the tide, the seafood restaurants for being in an environment in essentially collective, collaborative learning and sustainable practices for dealing with nature live with coworkers and manage time and collecting shellfish. Through the construction and assimilation of this knowledge they keep the preserved environment, share equitably the territory and survive through dependence and respect for nature. Therefore, it is concluded that this dependence determines the mode of the sustainable seafood manage the fishing environment and directs the interaction between coworkers.

**Keywords:** seafood ; fishing environment ; interaction; territory management.

### **REFERÊNCIAS**

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. Revista MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. Caxias do Sul, RS, 2009.

BAHIA PESCA. Perfil do Setor Pesqueiro (Litoral do Estado da Bahia). Secretaria da Agricultura, 83 pp. Salvador, 1994.

\_\_\_\_\_. Guia de Orientações para Identificação de Casos de Ler/Dort em Pescadores Artesanais – Marisqueiras. Salvador, 2011.

BECK, Anamaria. Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, vol. 7, nº 70, 1991.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; BERNARDES, Nilo. A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. In Revista Brasileira de Geografia, v.12, n.1, 1950, p. 17 - 53.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

CAETANO, H. S. Na maré e na escola: experiências educativas de marisqueiras de Salinas da Margarida-BA. Dissertação de Mestrado. Salvador-BA: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2013.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XII, nº 761, novembro, 2007.

CASSIRER, Ernst. Uma chave para a natureza do homem: o símbolo. Disponível em: <http://gepai.yolasite.com/resources/CassirerEnsaiosobreohomem%20texto.pdf>

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CSORDAS, Thomas. Corpo/significado/cura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

DIEGUES, A. C.. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, SP: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. ARRUDA, Rinaldo S. V. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

ESPINA BARRIO, Angel Baldomero. Manual de Antropologia Cultural. Amarú, 1992.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo-SP, Ed. Graal, 1979.

FREITAS, Celma. A prática em Boudieu. Disponível em: <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/04/1.A-PR%C3%81TICA-EM-BOURDIEU-Celma-Freitas1.pdf>

GEISTDOERFER, A. Antropologia Marítima: Propriedade Técnica, Social e Simbólica dos Recursos Marinhos: Paris, CNRS, 1989.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana: tradução de Maria Célia Santos Raposo, 17ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2009.  
Humana. Ed: Martins Fontes, São Paulo. 1994.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder: tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, 8 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALDONADO, Simone. Pescadores do Mar. São Paulo, SP: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Crisina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. Proposta, nº 84/85, mar-agost., pp. 82-91, 2000.

MERLEAU-PONTY, M. (1945). Fenomenologia da percepção. Trad. Reginaldo di Pietro. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1971.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, v. III, pp. 377-399. Lisboa, 1999.

RIOS, Antoniel de Oliveira; REGO, Rita de Cássia Franco; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Doenças em trabalhadoras da pesca. Revista Baiana de Saúde Pública/Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – v. 35, nº 1, jan/mar. Salvador-BA, 2011.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SILVA, C. J. F. COSTA, R. S. LOPES, P. M. A Exploração de Anomalocárdia Brasileira (Gmelin, 1791) (Molusca Bivalve Veneridae) por marisqueiros de Grossos (RN) sob a perspectiva do forrageio ótimo. Disponível em: <http://sites.unisantabrasil.br/simposiobiomar/2010/trabalhosap/66.pdf>

VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: uma síntese de percepções: versão em Português de Denise Navas-Pereira. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

WOORTMAN, Ellen F. Da complementariedade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. Brasília, DF, 1991.